

O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS: DA PRODUÇÃO EM MASSA À FLEXIBILIDADE

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

KAMILLA ROCHA FERREIRA¹

RESUMO: Impulsionado pela globalização, pelo avanço tecnológico e pela reestruturação produtiva, o mundo do trabalho passou por transformações profundas que flexibilizaram as relações laborais e reconfiguraram a relação entre capital e trabalho. Este estudo, de abordagem qualitativa e bibliográfica, analisa como o capitalismo contemporâneo se reorganiza diante das novas demandas econômicas e sociais, enfatizando mudanças estruturais na produção e na organização do trabalho. Com base em Braverman (1987) e Antunes (2018), discutimos a transição dos modelos produtivos do final do século XIX à atualidade. Além disso, recorremos à análise de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o “novo espírito do capitalismo”, que evidencia a capacidade do sistema de incorporar críticas e renovar-se para manter sua hegemonia. Observamos que, embora as formas de organização do trabalho tenham se transformado, persistem mecanismos de controle e apropriação. O trabalhador, antes submetido ao controle estrito dos tempos e movimentos, hoje é instado à criatividade e autonomia, mas sem pleno domínio sobre seu trabalho. Assim, o capitalismo segue se adaptando e reforçando sua lógica de acumulação e exploração, apresentando novas roupagens — como flexibilidade, empreendedorismo e trabalho em redes — que legitimam sua continuidade e fortalecimento.

Palavras-chave: Capitalismo, organização do trabalho, Modelos produtivos.

ABSTRACT: Driven by globalization, technological advances, and productive restructuring, the world of work has undergone profound changes that have flexibilized labor relations and reconfigured the relationship between capital and labor. This qualitative, bibliographic study analyzes how contemporary capitalism reorganizes itself in response to new economic and social demands, emphasizing structural changes in production and in the organization of work. Drawing on Braverman (1987) and Antunes (2018), we discuss the transition of productive models from the late nineteenth century to the present. We also incorporate the analysis of Boltanski and Chiapello (2009) on the “new spirit of capitalism,” which highlights the system’s ability to absorb criticism and renew itself in order to maintain its hegemony. Our findings indicate that, although the forms of work organization have changed, mechanisms of control and appropriation persist. The worker, once subjected to strict control of time and movement, is now encouraged to be creative and autonomous, though without full control over their labor. Thus, capitalism continues to adapt and reinforce its logic of accumulation and exploitation, presenting new forms—such as flexibility, entrepreneurship, and network-based work—that legitimize its continuity and consolidation.

Keywords: Capitalism, work organization, production models.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: kamillaferreira2@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6688334058784730>.



INTRODUÇÃO

O capitalismo, ao longo de sua trajetória, passou por diversas transformações que impactaram diretamente as formas de produção e organização do trabalho. Se, no final do século XIX o modelo industrial predominava com sua rígida divisão de tarefas e produção em massa, as últimas décadas do século XX marcaram o advento de um novo paradigma. Impulsionado pela globalização, pelo avanço tecnológico e pela reestruturação produtiva, o mundo do trabalho passou por profundas mudanças, resultando na flexibilização das relações laborais. Dessa forma, a transição da produção em massa para um modelo mais flexível revela não apenas uma mudança técnica na organização do trabalho, mas também uma reestruturação das relações entre capital e trabalho.

À luz da teoria de Braverman (1987) e Antunes (2018) acerca dos modelos de produção capitalista, apresentamos uma transição de modelos produtivos, que caracterizaram as formas de organização do trabalho no período que se estendeu do final do século XIX até a contemporaneidade.

Iniciamos a discussão destacando as bases sob as quais se consolidou o taylorismo-fordismo, um modelo de organização do trabalho baseado na racionalização da produção e na divisão de tarefas, através de métodos que objetivavam o aumento da eficiência e produtividade industrial. Concluindo nosso debate, apresentamos um novo arranjo e domínio do trabalho marcado pela flexibilização dos processos laborais, predominante na atualidade.

Além desse aporte teórico, a fim de elucidar as transformações pelas quais a organização da produção passou ao longo desses anos, discutiremos a teoria desenvolvida por Boltanski e Chiapiello (2009) sobre o que eles denominam “novo espírito do capitalismo”. Representando uma análise das transformações nas dinâmicas do capitalismo e como ele se adapta para absorver críticas e reconfigurar-se em novas formas, os autores buscam entender como o capitalismo responde aos desafios e se renova para manter sua hegemonia e suas implicações para a organização dos modelos de produção. A partir dessas premissas, discutimos de que maneira as configurações que o capitalismo assume na contemporaneidade, impactam as novas formas de organização do trabalho.

DA PRODUÇÃO EM MASSA À FLEXIBILIDADE



A transição do modelo taylorista-fordista, que teve início no final do século XIX e se estendeu por todo século XX, para o modelo flexível, marca uma das mudanças mais significativas no capitalismo contemporâneo.

Desenvolvido por Frederick W. Taylor no final do século XIX, o taylorismo foi uma metodologia de organização do trabalho centrada na divisão de tarefas e na eficiência máxima. “O Taylorismo difundiu-se não só como um modo de organização de produção, mas como um sistema com legitimidade social e científica que perpassou toda sociedade” (Zilbovícius, 1997, p. 8).

Entre suas premissas estavam a fragmentação do trabalho em tarefas simples e repetitivas, o foco no controle e monitoramento da produtividade dos trabalhadores e incentivos financeiros baseados no desempenho. Segundo esse modelo de produção, o trabalhador era concebido enquanto uma "extensão da máquina", sem autonomia, seguindo estritamente os processos planejados pela fábrica. Conforme afirma Neto (1986, p. 32):

[...] em vez de se retirar a ferramenta das mãos do trabalhador e colocá-la em um mecanismo, ocorre o contrário; mantém-se a ferramenta nas mãos do trabalhador e vai-se, isto sim, dizer a ele como deve utilizar essa ferramenta; ou seja, ao mesmo tempo que se mantém o trabalho vivo como a base do processo de trabalho, retira-se toda e qualquer autonomia do trabalhador que está utilizando a ferramenta. Essa é a ideia do taylorismo; é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador. Em poucas palavras a transformação do homem em máquina, e não utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de se libertar introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo.

Assim, Neto (1986) evidencia um importante paradoxo do taylorismo: ao mesmo tempo que busca aumentar a produtividade, retira do trabalhador qualquer possibilidade de utilizar sua experiência e criatividade no trabalho. Dessa forma, em vez de simplesmente substituir o trabalhador pela máquina, o taylorismo transformou o próprio trabalhador em uma espécie de "máquina humana", submetida a um controle total, argumentando que o taylorismo não apenas fragmentou o trabalho, mas também reduziu o trabalhador a um agente passivo dentro da produção, intensificando sua alienação e garantindo que o capital tivesse total controle sobre o processo produtivo.

Para Neto (1986) a perspectiva e o método das ciências exatas foram fundamentais para o desenvolvimento do Taylorismo, aplicando princípios científicos à gestão do trabalho industrial, com o objetivo de aumentar a produtividade e a eficiência. O taylorismo, ao se basear nas ciências exatas, aplicou um método rigoroso e quantitativo à organização da produção do trabalho.



Henry Ford, no início do século XX, aplicou alguns conceitos do taylorismo à produção industrial, com a introdução de uma linha de montagem, criando assim o modelo Fordista de produção. O fordismo, caracterizado pela produção em massa de bens padronizados, fundamentava-se em pilares como a alta produtividade, baseada na linha de montagem, na divisão do trabalho e no consumo em massa, que por sua vez dependia de salários relativamente altos para sustentar o mercado interno e uma relação rígida entre capital e trabalho, com uma jornada de trabalho longa, mas relativamente estável. Segundo Boltanski e Chiapello, 2009, p. 86, “O fordismo baseava-se em um compromisso entre o capital e o trabalho, garantindo aos trabalhadores certa segurança em troca da aceitação de uma organização rigidamente hierárquica e parcelada do trabalho”. Contudo, essa rigidez das linhas de produção dificultava a adaptação a mudanças no mercado.

Analisando as transformações no mundo do trabalho sob o capitalismo industrial, Braverman (1987) desenvolve uma crítica aos impactos oriundos desse modelo de produção. Ele argumenta que o taylorismo – fordismo, ao dividir o trabalho em tarefas extremamente especializadas e simplificadas, retira o controle do processo produtivo das mãos dos trabalhadores, tornando-os meros executores de ordens. “Não é a melhor maneira de trabalhar em geral, que Taylor buscava[...], mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado – isto é, a força de trabalho comprada e vendida”. (Braverman, 1987, p. 85-86). Assim, ele deixa claro que o taylorismo-fordismo não objetivava apenas aumentar a eficiência produtiva, mas era também uma estratégia de controle do trabalho dentro do sistema capitalista.

Braverman (1987) ainda ressalta que o desenvolvimento do capitalismo levou à contínua desqualificação do trabalho, um processo intensificado pelo taylorismo-fordismo. Isso porque o capitalismo monopolista reconfigurou o trabalho, reduzindo a autonomia e o conhecimento dos trabalhadores para aumentar o controle e a produtividade. Como consequência, houve uma ampla fragmentação das tarefas e a separação entre concepção e execução.

Segundo o autor em questão, com a expansão do capitalismo monopolista, o “conhecimento tácito” dos trabalhadores era cada vez mais eliminado, fragmentando as tarefas e padronizando os métodos de produção. Nesse modelo de produção,

O administrador assume o cargo de reunir todo o conhecimento tradicional que no passado foi possuído pelos trabalhadores, e ainda de classificar tabular e reduzir esse conhecimento a regras, leis e fórmulas[...] o processo de trabalho deve ser independente do ofício, da tradição



e do conhecimento dos trabalhadores. Daí em diante deve depender [...] inteiramente das políticas gerenciais (Braverman, 1987, p. 103).

Isso permitia um maior controle gerencial, reduzindo a autonomia dos trabalhadores e tornando-os mais dependentes das instruções da administração, transformando-o em um mero executor de ordens e reduzindo sua criatividade e participação ativa no processo produtivo. Todo esse processo acabou por intensificar a alienação do trabalhador, que perdeu ainda mais a autonomia e o conhecimento sobre sua própria atividade, gerando, por conseguinte a degradação do trabalho.

Um dos princípios centrais do taylorismo - fordismo foi aumentar a eficiência produtiva por meio da separação entre concepção e execução do trabalho. Assim, todo o pensamento e planejamento deveriam ser retirados da fábrica e concentrados em um departamento separado, onde especialistas (engenheiros, gerentes e administradores) definiriam como o trabalho deveria ser realizado. Dessa forma, os trabalhadores na linha de produção não precisariam pensar, apenas seguir instruções detalhadas. Em resumo, os trabalhadores não tinham controle sobre como se dava a realização do seu trabalho, sendo todas as decisões sobre métodos, tempos e movimentos feitas por um departamento especializado.

Braverman (1987) deixa claro que o taylorismo - fordismo não foi apenas um método de eficiência, mas uma ferramenta de controle do trabalho dentro do capitalismo. O objetivo da administração científica nunca foi apenas melhorar a produtividade, mas sim garantir que os trabalhadores perdessem o controle sobre o processo produtivo, tornando-se mais fáceis de gerenciar e substituir.

Como esse modelo era caracterizado principalmente padronização e divisão rígida do trabalho, predominantemente industrial que seguindo a lógica da eficiência e eficácia, focava em tarefas repetitivas e um rígido controle da produção, as crises econômicas iniciadas sobretudo na década de 1970, revelaram as fragilidades, como por exemplo, as visíveis mudanças no mercado com a demanda por maior diversidade de produtos e a necessidade de adaptação a ciclos econômicos mais curtos e instáveis. Além disso a integração dos mercados globais colocou pressão para reduzir custos e aumentar a eficiência com o aumento da globalização e por consequência da competitividade.

Sobre essas transformações, Antunes (2018) destaca que nos últimos anos experienciamos um acentuado processo de flexibilização do trabalho, sobretudo com a decadência do modelo



taylorista-fordista de produção, após a reestruturação do capital a partir da década de 1970. A partir de então, emerge, um novo arranjo e domínio do trabalho. O objetivo é fazer com que os trabalhadores se sintam parte do processo produtivo, agora mais intensificado através do aumento da produtividade, sendo denominados como “colaboradores” de todo esse processo. Como consequência desse processo,

[...] há um aumento do trabalho informal, e com este a perda dos direitos sociais, o enfraquecimento da união da classe trabalhadora, ampliação da terceirização, e em decorrência de tudo isso o surgimento do trabalho precarizado. “Desse modo, a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho se encontra, em sua essência, preservado, ainda que dotado de novas engrenagens e mecanismos de funcionamento” (Antunes, 2018, p. 120).

O modelo em questão, baseado em empregos estáveis e sindicalização forte, começou a ser substituído por relações de trabalho mais flexíveis, como terceirização e informalidade, gerando uma onda de desemprego estrutural, aliado à mecanização e à crescente crise econômica que se instaurava, reduzindo a oferta de empregos na indústria.

A crise desse modelo de produção teve impactos significativos na economia capitalista global, e o Brasil não ficou imune a essas transformações. No contexto brasileiro, essas mudanças ocorreram em meio a desafios estruturais internos e à transição de um modelo de crescimento industrial para um modelo mais globalizado.

Com o surgimento das economias ditas globalizadas, especialmente a partir da década de 1970, emerge um modelo de produção caracterizado pela redução de estoques e pela descentralização das decisões, fortemente marcado por processos de flexibilização. Essa transição foi acompanhada por uma reestruturação econômica, em que o setor de serviços ganhou protagonismo, enquanto o setor industrial perdeu força, especialmente nos países ocidentais.

A produção, antes centralizada em grandes fábricas, foi dividida em várias etapas distribuídas globalmente e modelos como o *just-in-time* reduziram estoques e custos, mas em contrapartida aumentaram a dependência de cadeias globais integradas. A partir de então, as empresas começaram a buscar maior flexibilidade para competir internacionalmente. Somado a esses fatores, conforme destacam Boltanski e Chiapello (2009) surgiram apreciações de cunho social, como os movimentos sociais que trouxeram à tona críticas à alienação e à falta de criatividade



do modelo taylorista-fordista, sendo a garantia por autonomia e realização no trabalho demandadas centrais.

A crise do fordismo marcou uma transição difícil para a economia capitalista brasileira, que enfrentou os desafios de adaptar sua estrutura produtiva e social às novas exigências globais. Embora o país tenha se industrializado no modelo taylorista-fordista, foi profundamente afetado pela desigualdade e pela dependência externa.

Entre as principais transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade, destacamos a flexibilização da produção, com a introdução de tecnologias mais avançadas, o crescente processo de terceirização e precarização do trabalho, tendo em vista que para reduzir custos, muitas empresas adotaram relações de trabalho mais flexíveis, com menos direitos trabalhistas e a integração global, ou seja, a abertura econômica colocou a indústria brasileira em competição direta com países mais desenvolvidos ou de menor custo de produção, como a China.

A respeito dessas transformações, Previtali e Fagiani, 2018, p. 21, afirmam que:

Atualmente, o processo de reestruturação produtiva do capital nas economias globais está originando um novo tipo de organização e controle dos processos de trabalho mediante a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs), também chamadas tecnologias digitais, as quais buscam aprimorar as formas de exploração do trabalho.

Essa reflexão destaca um ponto crucial sobre a transformação dos processos produtivos na economia global contemporânea. A introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tem um duplo papel: por um lado, otimiza a eficiência produtiva, automatizando tarefas e por outro, acaba intensificando a exploração do trabalho, ampliando o controle sobre os trabalhadores e flexibilizando as relações laborais. Dessa forma, fica evidente que “O que se presencia na atual fase de acumulação capitalista é um processo de aprofundamento e complexificação das relações de exploração do trabalho pelo capital, permeadas pela difusão de novas técnicas produtivas e de relações laborais” (Previtali; Fagiani, 2018, p.56).

Essa comparação entre períodos históricos evidencia como o capitalismo é dinâmico e enfrenta crises recorrentes que moldam suas estruturas e características. Diante dessa conjuntura, o conceito de trabalho também passa por modificações, tendo em vista que todas as transformações oriundas dessas novas tecnologias, alteraram os processos laborais.



Diante do exposto, tornou-se perceptível que o sistema capitalista, em cada contexto histórico, acaba se transformando para transcender os obstáculos que lhes são colocados. Seja devido às crises de cunho econômico, ou por meio de mudanças de caráter social e/ou político de cada período histórico, o capitalismo acaba por se reorganizar em meio à complexidade que essas mudanças e dinâmicas sociais apresentam.

Levando em consideração como o capitalismo, a partir das últimas décadas do século XX, passou por uma mudança profunda no modo de organização do trabalho, nos indagamos de que maneira ele responde a esses desafios ao longo do tempo. Para tanto, discutiremos no próximo tópico como o capitalismo se adapta para absorver críticas, reconfigurando-se de novas formas e se renovando para manter sua hegemonia.

O CAPITALISMO SE REINVENTA

A crise estrutural do capitalismo nos anos 70 marcou uma transformação significativa na dinâmica econômica e social mundial. Essa crise, foi analisada por Boltanski e Chiapello (2009) a partir de uma perspectiva teórica sobre as mudanças que ocorreram na organização do capitalismo e como este soube se reinventar para superar seus impasses estruturais. Os autores em questão buscaram compreender como o capitalismo conseguiu se reinventar após as crises, superando os desafios e incorporando novas formas de legitimação social.

Boltanski e Chiapello (2009) mostram como o capitalismo, a partir das últimas décadas do século XX, passou por uma mudança profunda no modo de organização do trabalho. Os autores exploram como ele se transforma ao longo do tempo, garantindo o engajamento dos trabalhadores, permitindo que o sistema sobreviva e prospere, desenvolvendo a tese de que o capitalismo é capaz de sobreviver e se fortalecer através da habilidade de assimilar críticas e se adaptar, gerando o que ele denominou de “novo espírito do capitalismo”. Assim,

Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto, deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no contexto cultural em que ele evolui (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 53).

Esse “espírito” refere-se ao conjunto de justificações, valores e crenças que legitimam o sistema capitalista, incentivando as pessoas a participarem e acreditarem na sua validade. Esse



espírito envolve não apenas a organização econômica, mas também os ideais e motivações que orientam o comportamento e a adesão dos indivíduos ao capitalismo. “O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 39). Assim, podemos entender o espírito do capitalismo enquanto um conjunto de valores e justificações que tornam o capitalismo moralmente aceitável e legítimo aos olhos das pessoas.

Analisando esse fenômeno, Boltanski e Chiapello (2009) identificam três fases do espírito do capitalismo: O primeiro espírito, constituído no período do chamado capitalismo industrial, perdurou durante a era da Revolução Industrial, se estendendo até a metade do século XX.

O "primeiro" espírito do capitalismo, associado, à figura do burguês, estava sintonizado com as formas do capitalismo essencialmente familiar de uma época em que o gigantismo ainda não era buscado, salvo em raríssimos casos. Os proprietários e patrões eram conhecidos pessoalmente por seus empregados; o destino e a vida da empresa estavam fortemente associados aos destinos de uma família (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 51).

Nessa fase o capitalismo caracterizava-se por uma organização hierárquica, rígida e burocrática, com ênfase na estabilidade e na segurança. A justificativa moral era baseada na ideia de progresso e na capacidade do capitalismo de trazer crescimento econômico e melhorias nas condições de vida.

O segundo espírito moldou as dinâmicas econômicas e sociais entre o pós-guerra e a crise dos anos 70, Boltanski e Chiapello (2009) destacam que o espírito capitalista nessa fase, caracterizado pelo modelo taylorista-fordista de produção, era legitimado por uma série de promessas sociais e econômicas que tornavam o sistema aceitável para trabalhadores, consumidores e elites, como por exemplo a garantia de segurança e estabilidade para os trabalhadores, uma vez que o fordismo oferecia empregos estáveis e previsíveis, além disso, recebiam salários relativamente altos, benefícios sociais e proteção sindical. Já que o crescimento econômico do período permitia uma certa estabilidade para os trabalhadores. O "espírito capitalista" desse período, segundo os autores, foi sustentado por promessas de segurança, estabilidade e progresso que legitimaram o sistema por décadas.

No entanto, sua rigidez e incapacidade de responder a novas demandas sociais e econômicas levaram à sua crise. Essa crise abriu espaço para o surgimento de um “terceiro espírito”,



baseado na flexibilidade, inovação e individualismo, o que os autores denominaram “O Novo Espírito do Capitalismo”, que se caracteriza pela flexibilização do trabalho, o aumento das redes e da mobilidade, e uma maior ênfase no empreendedorismo e na autonomia individual.

Valorizando aspectos como flexibilidade, autonomia, criatividade e empreendedorismo, esse novo espírito legitima-se prometendo mais liberdade e oportunidades individuais, enfatizando o trabalho em redes, projetos temporários e inovação constante. Uma das funções desse novo espírito é legitimar o capitalismo contemporâneo perante a sociedade. O sistema se reinventa para atrair a adesão de novos grupos, especialmente os mais críticos, ao oferecer um ambiente mais "livre" e "criativo", mas sem mudar sua essência de acumulação de capital.

Os autores sugerem que o capitalismo contemporâneo tem a capacidade de incorporar críticas ao sistema, para se manter relevante e legitimado. Portanto,

Embora o capitalismo não possa prescindir de uma orientação para o bem comum, da qual seja possível extrair motivos de engajamento, sua indiferença normativa não permite que o espírito do capitalismo seja gerado apenas a partir de seus próprios recursos; assim, ele precisa de seus inimigos daqueles que ele indigna, daqueles que se lhe opõem, para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 61).

Boltanski e Chiapello (2009) defendem que a crítica é um motor essencial para a renovação do capitalismo. O sistema capitalista não se transforma espontaneamente, mas sim em resposta às críticas que são feitas contra ele. Esse processo de incorporação de críticas permite ao capitalismo continuar a ser legitimado e a adaptar-se às novas circunstâncias sociais e culturais.

A partir dessa premissa, os autores realizam uma distinção entre dois tipos de crítica ao capitalismo: a crítica social e a crítica estética. A primeira está centrada em questões de injustiça, desigualdade e exploração, problemas sociais aprofundados a partir do desenvolvimento do sistema capitalista. Já a segunda enfatiza a falta de liberdade, autenticidade, criatividade e autonomia no trabalho, vendo o capitalismo como uma força conformista e opressiva.

No entanto, conforme analisam Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo contemporâneo não absorveu plenamente a crítica social, ao contrário, ele a neutralizou ou minimizou. Já a crítica estética foi, em grande parte, absorvida pelo capitalismo, que começou a promover valores como a flexibilidade, a inovação e o empreendedorismo, criando a ilusão de maior liberdade individual no ambiente de trabalho. Partindo dessas premissas, os autores mostram como o capitalismo absorveu



parte dessa crítica ao promover uma forma mais "flexível" de organização do trabalho, mantendo, no entanto, as suas estruturas de acumulação de capital.

Segundo Boltanski e Chiapiello (2009) ao absorver essas críticas e se transformar, ele acaba por adaptar suas formas de organização e valores. Isso gera um novo espírito do capitalismo, que responde a essas exigências sem alterar os fundamentos de acumulação de capital. A crítica não destruiu o capitalismo, mas serviu para sua reconfiguração, resultando no novo espírito do capitalismo, que foi definido como um “conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 42).

O novo espírito do capitalismo é a fase contemporânea que surge em resposta às críticas da falta de autenticidade e liberdade no trabalho. Esse novo espírito reestrutura o capitalismo de maneira a parecer mais flexível e dinâmico, caracterizado sobretudo pela flexibilidade, empreendedorismo, inovação e redes de colaboração, que por sua vez são marcadas pela fluidez e projetos temporários, com a justificativa de melhor se adaptar às mudanças do mercado, renovando as formas de exploração e mascarando formas mais profundas de precariedade como a informalidade, ausência de proteção social, intensificação do trabalho, terceirização e contratos temporários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a organização do trabalho passou por profundas transformações, refletindo as mudanças estruturais do capitalismo e suas respostas às crises e desafios impostos pelo contexto econômico e social. Desde o final do século XIX, o modelo taylorista-fordista se consolidou como o principal paradigma produtivo, baseado na padronização, no controle rígido das atividades e na busca incessante por eficiência. No entanto, com a intensificação da globalização e a crise desse modelo nas décadas de 1970, tornou-se evidente a necessidade de um novo arranjo produtivo, mais flexível e adaptável às exigências do mercado contemporâneo.

A transição do modelo taylorista-fordista para um modelo produtivo mais flexível reflete a capacidade do capitalismo de se reinventar diante dos desafios econômicos e sociais que são postos ao longo do tempo. Se no passado a fragmentação do trabalho e a rigidez das linhas de produção foram fundamentais para impulsionar o crescimento industrial, a crise dos anos 1970 demonstrou os



limites dessa abordagem, exigindo novas formas de organização do trabalho. Esse “novo espírito do capitalismo” que emerge na contemporaneidade, legitima-se através da promessa de flexibilidade, empreendedorismo e trabalho em redes, ao mesmo tempo em que mantém a lógica da acumulação de capital e da exploração do trabalho sob novas roupagens.

Dessa forma, percebemos que, embora a organização do trabalho tenha evoluído ao longo do tempo, a relação entre capital e trabalho continua marcada por dinâmicas de controle e apropriação. Se antes o trabalhador era alienado pelo rígido controle dos tempos e movimentos, hoje ele é incentivado a ser criativo e autônomo, mas sem plena liberdade ou poder sobre o próprio trabalho. O capitalismo, ao absorver as críticas e reformular suas estratégias, reforça sua hegemonia e se perpetua, reafirmando sua capacidade de adaptação e consolidação em meio às transformações da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Explosão do novo proletariado de Serviços - o trabalho em serviços e seus novos significados. In: **O privilégio da Servidão**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes, São Paulo, 2009.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- NETO, B. R. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, v. 26, n. 4, p. 31–34, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GY5jJGMdMySSym9B6DD78Fb/?format=html&lang=pt>. Acesso em 13 de out. de 2024.
- PREVITALI, F.; FAGIANI, C. C. Trabalho Precário e Precarização Docente na Educação Básica no Brasil na Atual Fase da Acumulação do Capital. In: **Revista Eletrônica da Divisão de Formação Docente**. V. 5, n. 2, p. 19 – 68, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/diversapratica>. Acesso em: nov. de 2024.
- ZILBOVICIUS, M. **Modelos para a Produção, Produção de Modelos: Contribuição à Análise da Gênese, Lógica e Difusão do Modelo Japonês**. Tese de doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1997.